



IR 2026

O QUE MUDOU?



Novas regras para a declaração do Imposto de Renda exigem análise técnica e atuação consultiva, trazendo um novo cenário para o contador que precisará de atenção para orientar melhor os clientes e ganhar eficiência na declaração



Está precisando de um
local para realização de
EVENTOS E PALESTRAS?

Av. Passos, 120 - 7º andar
Centro Rio de Janeiro
(21) 2216-5353





A hora do Imposto de Renda

Samir Nehme

O Imposto de Renda deste ano é, talvez, um dos mais emblemáticos dos últimos anos. Embora a cada ciclo se apresente mudanças, dessa vez, não só o aumento da faixa de isenção é novidade. Mudanças ocasionadas por conta das novas tecnologias, exigirão maior atenção de toda a classe contábil, pois não só ela será impactada, mas também os contribuintes e clientes que precisarão de auxílio.

Nesta edição, buscamos trazer o máximo de informações sobre cada novidade e esclarecimentos de especialistas, analisando as novas regras e, sobretudo, apresentando informações qualificadas. Além disso, temos reportagens sobre o impacto no regime tributário do Simples Nacional, as mudanças nos códigos de barras dos produtos e o papel das plataformas de precisão fiscal nessa nova realidade, entre outros assuntos abordados de forma detalhada.

Como exemplo, posso citar, na editoria de Notícias, a matéria sobre as novidades do CNPJ alfanu-

mérico, que começa a ser implementado também neste ano, com a participação do analista tributário da Receita Federal, Márcio Nunes Simões. Nesta mesma editoria, reportagem sobre as 300 teses vinculantes do TST merece a atenção de todos, especialmente a turma do Departamento Pessoal no intuito de se inteirar sobre essas medidas que visam unificar a jurisprudência trabalhista.

Outro destaque é a 14ª edição do Mulher Empresária, evento que reuniu centenas de mulheres líderes, empresárias e empreendedoras, ratificando o Sescon Mulher como um canal direto de potencialização do empreendedorismo feminino. E, certamente, vem muito mais por aí.

No Giro Político tem a reportagem sobre o Fórum de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Destacamos também a Medalha da Ordem dos Cavaleiros Honorário do Regimento de Polícia Montada de Campo Grande, da qual fiquei muito hon-

rado em recebê-la pelo reconhecimento ao trabalho prestados à comunidade.

No mais, como sempre, vocês vão ficar por dentro da intensa agenda da nossa diretoria, que marca presença em inúmeros eventos, reuniões e compromissos tanto no âmbito privado quanto junto aos órgãos públicos.

Para finalizar, na editoria Vida & Gestão todos poderão refletir sobre o significado do imposto de renda na vida de cada um e, ainda, saborear a curiosa história de como surgiu a figura do leão relacionada ao imposto de renda. Muitos desconhecem e vale a pena saber.

Desejo uma boa leitura para todos e fiquem atentos aos prazos, pois chegou a hora do Imposto de Renda, pessoal!



Expediente

SESCON Rio de Janeiro

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro
Av. Passos, 120, 6º e 7º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20051-040 | (21) 2216-5353

sesconrj@sescon-rj.org.br | www.sescon-rj.org.br

DIRETORIA DO SESCOB RIO DE JANEIRO

1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026

DIRETORIA EFETIVOS

Presidente

Samir Ferreira Barbosa Nehme

Vice-presidente

Mauro H. Benevenuto Machado

Tesoureiro

Carlos de Oliveira Marinho

Secretária

Aline da Costa Bolorini

Diretora Social

Ilan Rodrigues de Farias Renz

DIRETORES ADMINISTRATIVOS - EFETIVOS

Alan Rianelli Duarte Melo

Claudia Lolita da Silva Freitas

Elisângela Castelo Coelho

Jean Felipe Giehl Coelho

DIRETORIA - SUPLENTES

Francisco de Assis Melo Junior

Ivoneite Barbosa dos Santos

Pedro Pereira Mendes Junior

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Carlos Pinto de Azeredo

Edson Dupret

Francesco Carnevale

Jader Cândido Melo

Manuel Domingues e Pinho

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS

Anderson Ferreira Moreira

Carlos Alberto Santos Moraes

Victor Avelino da Mota

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Anderson Martins Ribeiro Da Silva

Aurio Rolveg Dill

Pedro Marcio Rosa

PRODUÇÃO EDITORIAL E DESIGN

Departamento de Comunicação

Carlos Henrique Martins

Adriano Araújo

Yasmim Martins Camara

Editor Responsável

Alan Pereira

Reportagem

Adriana Estephany

Alan Pereira

Bianca Souza

Bruno Mota

Gabriel Maia

Diagramação e arte

Bruna Di Giorgio

PROJETO GRÁFICO

Contextual Comunicação

FOTOGRAFIA

Arquivo Sescob - RJ / FreePik / Mateus

Redação: imprensa@sescon-rj.org.br

Fale conosco: (21) 2216-5353

SUMÁRIO



03

PALAVRA DO PRESIDENTE

06

NOTÍCIAS

SESCON MULHER

14



16

PANORAMA SESCOB-RJ

18

MATÉRIA DE CAPA

24

ESG & CONTABILIDADE



25

OPINIÃO

30

SE LIGA NA REFORMA

31

SESCON EM AÇÃO

32

GIRO POLÍTICO

ENTREVISTA

34



36

VIDA & GESTÃO

Acompanhe em tempo real as alterações da **Reforma Tributária** com a **LEFISC**

LefClass Classificação Tributária

Já atualizado conforme as mudanças da Reforma Tributária, com destaque para o IBS e a CBS. **Ele simplifica e agiliza o processo de classificação tributária**, permitindo identificar o enquadramento fiscal de produtos e serviços e visualizar os impostos, alíquotas e regimes aplicáveis.

Simulador da Reforma

O aplicativo de cálculo tributário da LEFISC é uma solução inteligente que utiliza tecnologia avançada para analisar os dados tributários recompondo as bases dos tributos e simulando os efeitos das mudanças trazidas pela Reforma.

Guia completo da Reforma

No Portal LEFISC você encontra uma área exclusiva e atualizada em tempo real com conteúdo especializado sobre tudo o que você precisa saber sobre a EC 132/2023 e LCP 214/2025. **Você encontra vídeo informativos, boletins dos consultores, legislações na íntegra e muito mais.**

Conheça outros diferenciais da LEFISC para acelerar sua rotina

Uma assinatura, **infinitas soluções**

- + Consultas ilimitadas por Telefone
- + de 50 aplicativos de uso ilimitado
- + Informação sempre atualizada
- + Boletins técnicos dos consultores
- + Descontos exclusivos em cursos EAD com pontuação no PEPC/CFC

Quer saber mais?

WWW.LEFISC.COM.BR

51 9311-1834

vendas@lefisc.com.br

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA ASSOCIADOS DO SESCON/RJ E CRCRJ



FORMAÇÃO
PARA QUEM BUSCA
**SE ATUALIZAR
E CRESCER**

CURSOSLEFISC.com.br





O protagonismo das plataformas de precisão fiscal



Alexandre Ramalho

Em um cenário de crescente complexidade tributária, intensificado pelo avanço da reforma tributária no Brasil, plataformas e sistemas especializados deixaram de ser apenas ferramentas operacionais para se tornarem aliados estratégicos da contabilidade. A digitalização da gestão fiscal vem redefinindo o papel do contador, que passa a atuar de forma mais analítica, consultiva e preventiva.

A rotina fiscal das empresas, historicamente marcada por alto grau de risco, torna-se ainda mais sensível com a chegada de novos tributos como IBS e CBS. Um simples erro na classificação de um produto pode gerar pagamento indevido de impostos, autuações e prejuízos significativos. Nesse contexto, soluções tecnológicas integradas ganham relevância ao automatizar processos, reduzir falhas

humanas e garantir conformidade em tempo real. Hoje, elas se apresentam como fundamentais para a tomada de decisões.

Para Alexandre Ramalho, CEO da Tributo Fácil, essa mudança representa uma virada estrutural no setor. “As plataformas de precisão fiscal deixam de ser ferramentas auxiliares para se tornarem infraestrutura estratégica do escritório contábil. Operar sem uma plataforma integrada hoje é expor o escritório a um risco legal e operacional que nenhum conhecimento humano isolado consegue mitigar de forma eficiente”, afirma.



As plataformas de precisão fiscal deixam de ser ferramentas auxiliares para se tornarem infraestrutura estratégica do escritório contábil.



Mais do que automatizar tarefas, essas plataformas ampliam a capacidade analítica dos profissionais.

De acordo com Ronei dos Santos, sócio administrador da Acerto Fiscal, o cenário atual exige muito mais do que conhecimento técnico. “A tecnologia passou a ser indispensável para garantir conformidade fiscal e apoiar decisões es-

tratégicas, principalmente com as mudanças trazidas pela reforma tributária”, destaca.

Ramalho reforça que os ganhos são estruturais. “Estamos falando de cruzamento automatizado com o SPED, classificação fiscal em tempo real e atualização constante da legislação. Isso reduz drasticamente o risco de autuações e ainda gera insights estratégicos, como recuperação de créditos e escolha de regimes mais eficientes”, explica.

A classificação fiscal, muitas vezes vista como um detalhe operacional, é, na prática, um dos pilares da saúde financeira das empresas. A correta definição de códigos e alíquotas impacta diretamente o preço de venda, a margem de lucro e a competitividade no mercado. “Um erro pode gerar multas de até 75% do tributo devido, além de juros. A plataforma integrada elimina esse risco de forma sistêmica e protege tanto o cliente quanto o escritório”, acrescenta Ramalho.

Para Ronei, plataformas especializadas ajudam a mitigar riscos ao cruzar informações, validar dados e emitir alertas automáticos. “A classificação fiscal correta deixou de ser uma obrigação acessória e passou a ser uma ferramenta de gestão”, afirma.

Outro ponto relevante é o ambiente de fiscalização digital cada vez mais sofisticado. Segundo Ramalho, o avanço do SPED e o uso de inteligência artificial pela Receita Federal mudaram definitivamente



te o jogo. “O auditor fiscal do futuro é, em grande medida, um algoritmo. A plataforma de precisão intercepta inconsistências antes que o Fisco as identifique e ainda documenta a diligência do contribuinte”, pontua.

A integração dessas soluções com sistemas de gestão empresarial (ERPs) também é apontada como fator determinante. Quando bem parametrizados, esses sistemas passam a operar como verdadeiras “fortalezas fiscais”, garantindo a emissão correta de notas fiscais, a apuração precisa de tributos e a geração automatizada de obrigações acessórias, como SPED e EFD-Contribuições.

Para Ramalho, esse é o estágio mais avançado da transformação digital. “Quando a plataforma conversa em tempo real com o ERP do cliente, o compliance deixa de ser periódico e passa a ser contínuo e preventivo. O escritório passa a entregar visibilidade tributária em tempo real e capacidade preditiva para decisões estratégicas”.



Ronei dos Santos

No dia a dia dos escritórios, os impactos também são evidentes. Segundo Ronei, a tecnologia reduz o tempo gasto com tarefas manuais e retrabalho, permitindo foco em atividades de maior valor agregado. Ramalho complementa que o contador deixa de ser operador de formulários para se tornar consultor de negócios. “Esse é o salto qualitativo que o mercado exige”, alerta.

Além da produtividade, há ganhos relevantes na mitigação de riscos. Com dados organizados e processos automatizados, auditorias e fiscalizações deixam de ser momentos de tensão e passam a ser conduzidas com mais segurança e transparência.

A adaptação à reforma tributária é outro ponto crítico. A transição para IBS, CBS e o Imposto Seletivo ocorrerá de forma gradual até 2033, exigindo a convivência simultânea de dois sistemas. Para Ramalho, esse é um desafio sem precedentes. “Sem uma plataforma capaz de calcular simultaneamente os dois regimes e simular impactos como o split payment no fluxo de caixa, esse gerenciamento é humanamente inviável com a precisão exigida”, prevê.

Diante desse cenário, especialistas são categóricos: o uso de tecnologia deixou de ser diferencial para se tornar requisito básico. “O escritório que não estiver operando com plataformas calibradas para essa nova realidade estará, na prática, prestando um serviço incompleto”, afirma Ramalho, ressaltando que a tecnologia não substitui o conhecimento técnico. “A plataforma sem

expertise é uma ferramenta sem direção. A verdadeira vantagem competitiva está na combinação entre domínio técnico e tecnologia”, completa.

Para Ronei, o movimento é irreversível. “Quem investir em tecnologia e em parcerias estratégicas terá mais segurança, produtividade e relevância no mercado”, crava o especialista.



A classificação fiscal correta deixou de ser uma obrigação acessória e passou a ser uma ferramenta de gestão.



Ramalho é ainda mais direto sobre o futuro do setor: “A digitalização já chegou. Escritórios que ainda dependem de processos manuais estão em desvantagem estrutural. A plataforma deixou de ser diferencial para se tornar requisito de entrada no segmento mais rentável”.

Com a ascensão da inteligência artificial, a tendência é de aprofundamento dessa transformação. Ainda assim, o fator humano permanece essencial. “A tecnologia amplia a capacidade técnica, mas o julgamento estratégico continua sendo insubstituível. Os profissionais que entenderem isso serão os líderes do mercado na próxima década”, conclui Ramalho.



QR Code padrão GS1 avança

A expectativa é de revolucionar relação entre indústria, varejo e consumidor



João Carlos de Oliveira

A substituição do tradicional código de barras linear pelo QR Code padrão GS1 já está em curso em mais de 150 países e deve transformar profundamente a forma como produtos são identificados, rastreados e consumidos. Mais do que uma mudança estética nas embalagens, a transição representa um salto tecnológico que conecta o mundo físico ao digital e amplia a transparência ao longo de toda a cadeia de suprimentos.

De acordo com João Carlos de Oliveira, presidente da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil, a inovação muda a lógica de interação entre empresas e consumidores. “Não se trata apenas de uma mudança gráfica. O QR Code altera totalmente a relação entre indústria, varejo e cliente, permitindo acesso, em tempo real, a informações como procedência, validade,

composição e até conteúdos explicativos”, afirma.

Diferente do código de barras tradicional, limitado a um número de identificação, o novo padrão bidimensional funciona como um “passaporte digital” do produto. A tecnologia permite armazenar milhares de caracteres e reunir dados como lote, número de série, origem, certificações e impacto ambiental. “O consumidor está mais exigente e quer saber o que está comprando. O QR Code atende essa demanda por transparência e informação”, destaca Oliveira.

No ambiente empresarial, os ganhos são igualmente relevantes. A maior densidade de dados favorece a automação, melhora o controle de estoque e torna processos logísticos mais eficientes. “Com informações mais detalhadas, a rastreabilidade se torna muito mais precisa, desde a origem até o consumidor final, além de reduzir perdas por vencimento e facilitar recalls”, explica o presidente.

A iniciativa global conhecida como Sunrise 2027, liderada pela GS1, estabelece como meta que até 2027 os sistemas de varejo estejam aptos a ler os novos códigos em todo o mundo. O movimento responde à crescente digitalização do consumo e à necessidade de integrar canais físicos e digitais. “É uma modernização necessária para um mercado cada vez mais orientado por dados e por experiências conectadas”, diz Oliveira, acrescentando que outro

diferencial do QR Code é sua robustez. Mesmo com danos parciais, o código mantém a capacidade de leitura, um avanço em relação aos códigos tradicionais, que frequentemente falham quando estão danificados ou expostos a condições adversas.

A transição, no entanto, será gradual. Os dois modelos devem coexistir até que toda a cadeia esteja adaptada. Ainda assim, os impactos já são visíveis, inclusive no potencial de redução de custos. “Ao melhorar a eficiência operacional e diminuir desperdícios, há espaço para ganhos econômicos ao longo da cadeia”, pontua Oliveira.



O QR Code altera totalmente a relação entre indústria, varejo e cliente, permitindo acesso, em tempo real, a informações sobre o produto.



Para o consumidor, a mudança representa acesso a um “rótulo infinito”, com informações detalhadas na palma da mão. Já para os profissionais da contabilidade, abre-se uma nova frente de atuação. “O contador passa a ter um papel mais estratégico, ajudando empresas a interpretar dados, otimizar processos e tomar decisões mais assertivas em um ambiente cada vez mais digital”, finalizou.



CNPJ alfanumérico: mudanças a partir de 2026



Márcio Nunes Simões

O cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) está prestes a passar por uma das mudanças mais significativas desde sua criação. A partir de julho de 2026, o documento deixará de ser exclusivamente numérico e passará a adotar um formato alfanumérico, uma atualização que reflete o crescimento acelerado da atividade empresarial no país e a necessidade de modernização do sistema cadastral brasileiro.

A mudança, implementada pela Receita Federal do Brasil, surge como resposta a um limite técnico que se aproxima. O modelo atual, composto apenas por números, já não comporta, por muito mais tempo, o ritmo de abertura de empresas registrado nos últimos anos. “O novo formato alfanumérico tem o objetivo de garantir a continuidade do cadastro de empresas. O modelo

atual está se aproximando do limite de combinações possíveis e, com a inclusão de letras, conseguimos ampliar esse universo para bilhões de possibilidades”, explica o analista tributário da Receita Federal, Márcio Nunes Simões.

Esse movimento ganha ainda mais relevância diante do avanço expressivo no número de novos negócios. Se, até pouco tempo, o país registrava entre 3,5 milhões e 4 milhões de novos CNPJs por ano, em 2026 esse número já alcança a marca de 6 milhões. A tendência é de crescimento, impulsionada por mudanças estruturais na economia, como a reforma tributária. “Nos últimos anos, tivemos um aumento significativo no volume de inscrições e a Receita Federal precisa estar preparada para esse crescimento, garantindo que não haja limitação para novos registros”, destaca Simões.

Na prática, a mudança mantém o CNPJ com 14 posições, mas altera sua composição. As 12 primeiras, que correspondem à identificação da empresa e de seus estabelecimentos, passam a aceitar letras e números, enquanto os dois dígitos finais permanecem numéricos, responsáveis pela validação do registro. A nova configuração amplia significativamente a quantidade de combinações possíveis, sem alterar o tamanho do documento, o que também facilita a adaptação de sistemas já existentes.

Do ponto de vista técnico, a alteração exige atenção especial à padronização de dados e à interoperabilidade entre sistemas públicos e privados. Softwares utilizados por órgãos governamentais, instituições financeiras, empresas de tecnologia e escritórios contábeis precisarão ser atualizados para reconhecer e processar corretamente o novo formato. Esse processo envolve testes, validações e, em muitos casos, revisão de estruturas internas de bancos de dados.

Para as empresas já existentes, não haverá qualquer alteração: os números atuais permanecem válidos. O novo formato será aplicado exclusivamente aos registros futuros, o que contribui para uma transição mais estável e gradual. Ainda assim, será comum que empresas convivam, por um longo período, com os dois formatos em suas rotinas administrativas, exigindo atenção redobrada na conferência de dados.

No dia a dia das empresas e dos escritórios contábeis, o impacto será inevitável. A principal mudança estará na adaptação de sistemas e rotinas operacionais. Plataformas fiscais, contábeis e de gestão precisarão estar preparadas para reconhecer o novo padrão, sob risco de rejeições de documentos, inconsistências cadastrais e falhas na integração de dados entre diferentes sistemas.

Além da questão tecnológica, o fator humano também entra

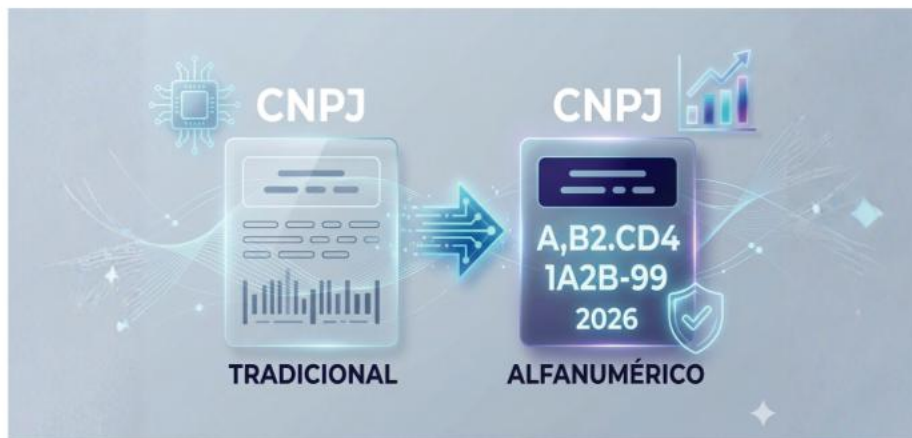


em cena. A inclusão de letras no CNPJ exigirá mais atenção na digitação de informações cadastrais e fiscais, reduzindo a margem para erros e aumentando a necessidade de conferência. Pequenos equívocos, como a troca de caracteres ou confusão entre letras e números semelhantes, podem gerar retrabalho e atrasos em processos administrativos.

Nesse contexto, o papel dos profissionais da contabilidade se torna ainda mais estratégico. “Os profissionais de contabilidade precisarão entender o novo formato, orientar seus clientes de forma correta e redobrar a atenção na digitação de documentos fiscais e cadastros, evitando erros operacionais que podem impactar diretamente a rotina das empresas”, ressalta o analista.

Além disso, a mudança também pode impactar processos de validação em contratos, cadastros bancários, emissão de notas fiscais e cruzamento de dados entre órgãos públicos. Por isso, a comunicação entre empresas, fornecedores de tecnologia e clientes será essencial para garantir uma transição segura.

Embora a implementação esteja prevista para julho de 2026,



ainda não há um cronograma detalhado sobre o período de transição. A expectativa é de que a mudança ocorra de forma progressiva, permitindo que empresas, sistemas e profissionais se adaptem gradualmente ao novo modelo, minimizando riscos operacionais.

Diante desse cenário, a recomendação da Receita Federal é clara: planejamento e organização. A atualização de sistemas, o alinhamento com fornecedores de tecnologia e a capacitação de equipes devem entrar desde já na agenda das empresas e dos escritórios contábeis. “As empresas e contadores devem começar a se preparar desde já, mas de forma organizada e sem desespero. É um processo de adaptação que exige atenção, principal-

mente na atualização dos sistemas, para evitar problemas futuros”, orienta Simões.

Mais do que uma alteração técnica, a adoção do CNPJ alfanumérico representa um passo importante na modernização do ambiente de negócios brasileiro. A medida acompanha uma tendência global de digitalização e expansão de cadastros, tornando o sistema mais robusto e preparado para o futuro.

Para o setor contábil, em especial, o momento é de atenção redobrada e, também, de oportunidade para reforçar seu papel estratégico na adaptação das empresas a um novo cenário, contribuindo para maior eficiência, segurança e conformidade nas operações empresariais.



**CERTIFICADO DIGITAL
GRATUITO
PARA CONTADORES**

Soluções completas em certificação digital.

|  (21) 97365-8860 | SafeBrasiloficial.com.br





TST e as 300 teses: impactos da reforma trabalhista



Marcelo Avelino

Nos últimos anos, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) vem promovendo uma profunda revisão de entendimentos que impactam diretamente a rotina das empresas e dos profissionais da área trabalhista. Esse movimento, conhecido como consolidação das chamadas “300 teses”, marca uma nova fase na interpretação das relações de trabalho no país e ganha ainda mais relevância diante de um cenário em que a Reforma Trabalhista de 2017 se aproxima de uma década de vigência.

A Reforma Trabalhista representou uma das alterações mais significativas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em décadas, ampliando a autonomia da negociação coletiva, redefinindo regras sobre jornada e rescisões e estabelecendo novas condições para contratos em andamento. Esse contexto

explica a necessidade do TST de consolidar seus precedentes e garantir uniformidade na aplicação da legislação em todo o país.

Na prática, as “300 teses” correspondem a um conjunto de precedentes qualificados e entendimentos vinculantes que o TST vem consolidando para uniformizar a jurisprudência trabalhista em todo o país. Esse processo fortalece a segurança jurídica ao reduzir decisões divergentes entre tribunais e garantir maior previsibilidade para empresas, trabalhadores e profissionais da área. “Estamos diante da consolidação de uma verdadeira cultura de precedentes, que traz mais previsibilidade para todos os envolvidos nas relações de trabalho”, afirma o consultor trabalhista do Sescon-RJ, Marcelo Avelino.



A atualização constante dos precedentes do TST deixou a atuação de DP e contabilidade mais estratégica e preventiva.



Esse movimento de revisão está diretamente ligado à necessidade de alinhar a jurisprudência à legislação vigente e também às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse contexto, a Justiça do Trabalho tem buscado estabele-

zar entendimentos e compatibilizar a interpretação judicial com a legislação atual, inclusive no que diz respeito à aplicação da reforma aos contratos em curso.

Um dos principais desafios para os profissionais de departamento pessoal e da contabilidade está justamente na forma de interpretar esse novo cenário. Não é mais possível trabalhar com uma lógica simplificada em que a lei ocupa sempre o primeiro plano. A atuação segura exige uma leitura integrada entre Constituição, CLT, precedentes do TST, acordos e convenções coletivas, além das normas internas das empresas. Em muitos casos, a negociação coletiva passou a ter um espaço normativo mais amplo, especialmente após a introdução dos artigos 611-A e 611-B da CLT.

As convenções e acordos coletivos, aliás, assumiram um papel ainda mais estratégico. A partir do entendimento consolidado pelo STF no Tema 1046, ficou reconhecida a validade de normas coletivas que estabeleçam limitações ou ajustes em direitos trabalhistas, desde que respeitados os direitos indisponíveis. Esse cenário reforça a necessidade de atenção constante ao conteúdo dessas normas, que muitas vezes são determinantes para a correta aplicação das regras no cotidiano das empresas.

Nesse ambiente, alguns temas têm se destacado por gerar dúvidas frequentes e impactos diretos na rotina operacional, como as si-



tuações de rescisão indireta, o chamado limbo previdenciário e o retorno ao trabalho após alta do INSS, a validade do pedido de demissão de empregada gestante, questões envolvendo intervalo intrajornada e horas extras, além da reversão de justa causa e da natureza jurídica do auxílio-alimentação. Esses pontos vêm sendo constantemente analisados pelo TST e já contam com precedentes que influenciam decisões práticas no dia a dia do Departamento Pessoal. A correta interpretação dessas decisões evita passivos trabalhistas e garante maior segurança na gestão de contratos e benefícios.

Para tornar essa aplicação ainda mais eficiente, muitas empresas têm investido em ferramentas de tecnologia e sistemas de folha e RH que permitem parametrizar a folha de pagamento, monitorar alterações legais e alertar para mudanças em precedentes vinculantes, reduzindo riscos de passivos trabalhistas e garantindo que práticas operacionais estejam sempre atualizadas. A utilização de softwares especializados também possibilita auditorias internas mais rápidas e precisas, além de fornecer relatórios que auxiliam na tomada de decisão estratégica.

Mais do que o descumprimento da lei, o maior risco atualmente está na aplicação de entendimentos já superados, o que pode gerar passivos trabalhistas relevantes quando práticas desatualizadas são mantidas na rotina das empresas. Nesse sentido, o acompanhamento constante de decisões do

TST e da convenção coletiva vigente é essencial para a prevenção de riscos. A correta atualização também permite que políticas internas de remuneração, benefícios e afastamento sejam ajustadas de forma proativa, evitando retrabalho e litígios desnecessários.

Esse novo cenário também exige uma mudança no perfil do profissional contábil e de DP, que passa a ter uma atuação mais analítica e preventiva. “O profissional já não pode ser apenas executor de rotinas, precisa atuar com leitura crítica, atualização constante e capacidade de prevenção”, reforça Marcelo Avelino. Ele acrescenta que a integração entre departamento pessoal, contabilidade e acompanhamento de convenções coletivas não é mais opcional. “É essencial para evitar passivos e garantir que a empresa esteja sempre alinhada às melhores práticas legais e trabalhistas.”

Além do impacto técnico, a correta aplicação das teses traz be-

nefícios estratégicos e sociais: aumenta a previsibilidade financeira das empresas, fortalece a segurança jurídica e contribui para uma relação mais equilibrada entre empregadores e trabalhadores, refletindo positivamente na estabilidade do mercado de trabalho. Dessa forma, a consolidação dos precedentes do TST não apenas orienta decisões internas, mas também contribui para uma cultura organizacional mais responsável e sustentável.

Para apoiar os profissionais nesse cenário, a Menezes Moura Avelino Sociedade de Advogados, associada à entidade, mantém uma página no LinkedIn com conteúdos práticos sobre precedentes vinculantes no dia a dia do Departamento Pessoal e Recursos Humanos. O Sescon/RJ também está à disposição para orientar na aplicação da legislação e dos entendimentos atualizados, oferecendo assessoria jurídica, cursos e eventos para capacitação contínua dos associados.



(Imagem: Flickr/TST)

contábil**day**

CUPOM DE
DESCONTO
20%
OFF
SESCONRJ



PARTICIPE DO
MAIOR EVENTO
DE CONTABILIDADE
DO RIO DE JANEIRO!

Palestras épicas e Feira de Negócios com
as soluções mais inovadoras do mercado.



11 JUN
2026



das 08h
às 18h



ExpoRio CN
RIO DE JANEIRO
(antigo ExpoMag)



contabilday.com



[@contabilday](https://www.instagram.com/contabilday)

Realização:

 **alterdata**



14º Mulher Empresária fortalece liderança feminina



O dia 24 de março marcou um importante capítulo para a liderança feminina no setor contábil e empresarial do estado do Rio de Janeiro. Realizado no auditório da Fecomércio RJ, o 14º Mulher Empresária – Mulheres que Decidem, promovido pelo Sescon/RJ, reuniu mulheres líderes, especialistas e profissionais em um dia de conteúdo estratégico, conexões e troca de experiências.

Com o objetivo de fortalecer o protagonismo feminino e estimular decisões mais estratégicas nos negócios, o evento trouxe à tona discussões sobre liderança, comunicação, inovação, finanças e bem-estar, pilares essenciais para o crescimento sustentável. A abertura contou com a presença do presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, do vice-presidente do CRCRJ, Edilson Junior, representando o presidente

Rafael Machado, e do diretor do Senac Rio, Sérgio Ribeiro.

A programação também abordou temas como prosperidade financeira, tecnologia e gestão do tempo, além de promover interação com o público. Para Samir Nehme, o evento já se consolidou como ferramenta de fortalecimento do empreendedorismo feminino. “Nosso objetivo é levar capacitação, engajamento e coragem para as empresárias. Com o Sescon Mulher, conseguimos ampliar esse impacto com ações contínuas ao longo do ano”, afirmou.

Ao longo do dia, seis painéis promoveram reflexões práticas e inspiradoras. A empresária contábil e estrategista de imagem Ju Nascimento destacou o caráter transformador do encontro. “Não é só sobre o profissional, é sobre a mulher como um todo. Quando a gente se desenvolve aqui, a gente evolui em

todas as áreas da vida. Esse não é apenas um evento, é um movimento”, comentou.

A importância do bem-estar como estratégia foi um dos pontos centrais das discussões iniciais. Na sequência, o painel sobre comunicação trouxe reflexões sobre posicionamento e influência no mercado. Para a coordenadora do Sescon Mulher, Elis Castelo, a forma de se comunicar é determinante para o sucesso. “Quem se posiciona melhor, se comunica com clareza e gera conexão, tende a alcançar melhores resultados. Comunicação é uma habilidade que pode e deve ser desenvolvida”, destacou.

Os painéis seguintes abordaram a relação das mulheres com o dinheiro, o uso da tecnologia como aliada nos negócios, a gestão do tempo e a construção de uma liderança mais consciente e alinhada a valores, reforçando a importância



de decisões estratégicas no dia a dia profissional.

Representando o Sebrae Rio, a analista da Gerência de Políticas Públicas, Marcele Rodrigues, destacou o impacto do empreendedorismo feminino. “Estudos mostram que mulheres que lideram seus negócios são resilientes, inovadoras e promovem transformações significativas na sociedade e na economia”, ressaltou.

A analista de negócios do Sebrae Rio, Rayane Daré, também gestora dos projetos Sebrae Delas, reforçou a importância do apoio institucional. “Muitas mulheres chegam desmotivadas e, quando encontram orientação, percebem que não estão sozinhas. Esse suporte faz diferença direta na continuidade e no crescimento dos negócios”, explicou.

A parceria com o Sesc Rio também foi evidenciada. Segundo o gerente de relacionamento com clientes, Mozart Dornelles Claret, “o objetivo é expandir o atendimento e oferecer cada vez mais serviços que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, incluindo ações voltadas às mulheres”.

Já o diretor do Senac Rio e conselheiro do CRJRJ, Sérgio Ribeiro, destacou o papel da qualificação. “A mulher precisa ocupar os espaços que deseja. A qualificação é essencial para garantir independência, inclusive financeira, e ampliar sua presença no mercado”, pontuou.

Um dos momentos mais marcantes foi a homenagem à empresária Genaina Gama Lopes, reconhecida por sua trajetória de 45

anos na contabilidade e contribuição para o setor. A honraria foi conduzida pela coordenadora do Sesccon Mulher, Aline Costa.

A coordenadora do Sesccon Mulher, Beatriz Torrezan, também ressaltou o impacto coletivo do encontro e a força da colaboração feminina. “O evento Mulher Empresária mostrou que, quando mulheres se unem para construir juntas, o resultado é transformação. Foi um espaço de troca verdadeira e enriquecedora, com histórias, desafios e soluções compartilhados com coragem e propósito. Foi uma alegria fazer parte da coordenação e ver tantas mulheres se apoiando e se fortalecendo, avaliou.

Mais do que um evento, o 14º Mulher Empresária consolidou-se como um movimento de fortale-

cimento da presença feminina no setor contábil. Para Aline Costa, o encontro representou um ponto de virada. “Foi um espaço de consciência e protagonismo. As mulheres saíram do automático para assumir o comando de suas histórias, entendendo que empreender não é apenas crescer, mas sustentar quem se é ao longo do processo”, destacou.

Ao final do dia, o sentimento compartilhado entre as participantes foi de inspiração, fortalecimento, pertencimento e conexão genuína, elementos essenciais para impulsionar novas lideranças, fomentar a colaboração entre diferentes setores e transformar o futuro dos negócios, promovendo um ambiente de aprendizado mútuo e crescimento contínuo para enfrentar os desafios futuros.





PANORAMA

Cont in Rio em Valença



Nos dias 6 e 7 de março, Valença sediou o Cont in Rio, encontro que reuniu profissionais e estudantes da contabilidade no auditório da UNIFAA, com programação voltada a temas como reforma tributária, tecnologia e gestão. O Sescon/RJ participou com o presidente Samir Nehme, o vice-presidente Mauro Benevenuto e o diretor-tesoureiro Nilton Júnior. Durante a abertura, foi formalizada a renovação de convênio entre a Prefeitura de Valença e o CRCRJ, com foco em cooperação técnica e capacitação na área contábil.

Posse no CRCES



A cerimônia de posse da diretoria do CRCES foi realizada em 6 de mar-

ço, reunindo representantes da classe contábil e dirigentes de entidades do setor. O Sescon/RJ esteve presente com o presidente Samir Nehme, que acompanhou a solenidade. Na ocasião, Walterleno Noronha foi reconduzido à presidência da entidade, dando continuidade à gestão. A participação registra a presença nas agendas e o relacionamento entre as entidades do setor.

Nova gestão do CRCRN



A nova diretoria do CRCRN tomou posse no dia 13 de março, em solenidade realizada na Arena das Dunas, em Natal, reunindo profissionais da contabilidade, autoridades e representantes de entidades de classe. O evento marcou o início do biênio 2026-2027 e destacou o compromisso com o fortalecimento da profissão no estado. O presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, esteve presente, acompanhando a cerimônia e consolidando a integração entre as entidades contábeis. A presidente recém-empossada, Radna Rocha, conduzirá a gestão junto a oito vice-presidentes, conselheiros efetivos e suplentes, com foco na valorização da contabilidade, na

ampliação da qualificação profissional e na atuação estratégica do Conselho. A solenidade contou ainda com a participação do presidente do CFC, Joaquim Bezerra, que enfatizou a importância da articulação entre o Sistema CFC/CRCs e os profissionais contábeis para o desenvolvimento do país.

Posse do CFC em Brasília

A nova diretoria e os conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade foram empossados no dia 11 de março, em uma cerimônia realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, com a presença de autoridades e representantes de entidades de todo o país. O ato marcou o início da gestão de Joaquim Bezerra à frente da entidade. O Sescon/RJ esteve presente com o presidente Samir Nehme, o vice-presidente Mauro Benevenuto e os diretores Nilton Marinho, Aline Costa e Renato Mansur, que acompanharam a solenidade. A agenda reuniu lideranças e trouxe à pauta o papel da contabilidade na estrutura das instituições e no ambiente econômico, em meio às mudanças regulatórias e aos avanços tecnológicos.





PANORAMA

SRE SUPER RIO EXPOFOOD



Realizada em 17 de março, no Rio-centro, a SRE Super Rio Expofood reuniu empresas, especialistas e lideranças em uma ampla agenda de negócios e conteúdo. O presidente do Sescon-RJ, Samir Nehme, acompanhou a programação e participou de encontros ao longo do evento. A presença integrou a agenda institucional, com foco na aproximação com o ambiente empresarial e na construção de conexões com diferentes segmentos.

Novagemão do CRCBA



Em Salvador, a noite de 20 de março marcou a posse da nova diretoria do CRCBA, em cerimônia que reuniu profissionais da área, autoridades e representantes de entidades. Entre

os presentes, o presidente do Sescon-RJ, Samir Nehme, e o vice-presidente Mauro Benevenuto acompanharam a solenidade que oficializou a condução de Altino do Nascimento Alves à presidência para o biênio 2026–2027. O encontro reuniu dirigentes e lideranças no início de um novo ciclo institucional no estado. O evento reuniu lideranças em torno do início de um novo ciclo institucional no estado, com pautas voltadas à atuação das entidades e ao desenvolvimento da atividade.

Delegacia da APCP em Petrópolis



A inauguração da delegacia da APCP em Petrópolis, no dia 1º de abril, reuniu representantes da classe contábil e lideranças em torno da ampliação da atuação institucional na região serrana, com a presença do presidente do Sescon-RJ, Samir Nehme. Durante a cerimônia, Andrea Miranda Amaro assumiu a delegacia local e passou a conduzir a articulação da entidade no município. A iniciativa fortalece a presença da entidade no interior do estado, aproximando a atuação institucional das demandas locais e amplian-

do o suporte aos profissionais da região. O novo espaço passa a funcionar como ponto de apoio para a categoria, favorecendo o diálogo, a troca de experiências e o acompanhamento de pautas de interesse do setor. A agenda também reforçou a importância da descentralização das ações, em um movimento voltado à interiorização das atividades e à ampliação da representatividade.

Posse da nova gestão CRCDF



A cerimônia de posse da nova diretoria e dos conselheiros do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF), realizada no dia 7 de abril, marcou o início do biênio 2026-2027 à frente da entidade. O contador Darlan de Lima Barbosa assume a presidência com a proposta de fortalecer a atuação da classe contábil, ampliar o diálogo institucional e acompanhar as transformações em curso no ambiente tributário. O encontro reuniu representantes de entidades e autoridades, entre eles o presidente do Sescon-RJ, Samir Nehme, em um importante momento de articulação institucional em torno das pautas do setor.



Imposto de Renda em nova fase



A declaração do Imposto de Renda Pessoa Física em 2026 chega marcada por avanços tecnológicos, maior integração de sistemas e mudanças que ampliam tanto a praticidade para o contribuinte quanto o controle por parte da Receita Federal do Brasil. O cenário reflete o avanço da digitalização do sistema tributário, com impacto direto na rotina de pessoas físicas e profissionais da contabilidade. Esse movimento acompanha uma tendência mais ampla de modernização da administração tributária no país, com foco na automação de processos, uso intensivo de dados e ampliação da transparência fiscal.

Entre as principais novidades está a reformulação do antigo aplicativo “Meu Imposto de Renda”, que deixa de existir como plataforma independente e passa a operar de forma integrada aos canais oficiais da Receita. Segundo a superintendente regional da Receita, Carla Sacin, a mudança representa uma evolução do serviço. “O ‘Meu Imposto de Renda’ reúne diversos serviços, como fazer e retificar a declaração, obter cópia, verificar débitos e emitir Darf. Agora, ele está disponível em diferentes canais, ampliando o acesso e a integração”, ressalta.

Na prática, essa centralização tende a reduzir a fragmentação de serviços e facilitar o acompanha-

mento da situação fiscal em um único ambiente digital.

Outro destaque é a ampliação da declaração pré-preenchida, que deve ultrapassar 60% de adesão neste ano. A ferramenta passa a incorporar um volume maior de informações, como rendimentos, dependentes, pagamentos e operações em renda variável, reduzindo inconsistências e facilitando o preenchimento. Ainda assim, a conferência dos dados continua sendo indispensável. A Receita destaca que a ampliação da base de dados tem como objetivo não apenas simplificar o preenchimento, mas também elevar a qualidade das informações prestadas, incentivando a



autorregularização e reduzindo erros recorrentes.

A inclusão de dados de renda variável, como ações, BDRs, ETFs e fundos imobiliários representa um avanço significativo no sistema. Com base em informações já enviadas por corretoras, bolsas de valores e pela Declaração de Operações de Renda Variável (DED), o sistema permite que o contribuinte visualize previamente suas movimentações, assumindo um papel mais de conferência do que de preenchimento. Segundo a Receita Federal, essa ampliação busca melhorar a prestação de serviços, reduzir inconsistências e aumentar a transparência das informações disponíveis, contribuindo para uma fiscalização mais direcionada a situações com indícios de irregularidade.

Na prática, a medida tende a reduzir erros comuns que levavam à malha fina, como falhas no cálculo do custo médio, omissão de operações ou inconsistências na apuração de isenções. Também facilita o registro e o acompanhamento de prejuízos acumulados, fundamentais para compensações futuras.

Além disso, contribui para padronizar informações que antes eram declaradas de forma heterogênea pelos contribuintes.

Por outro lado, o avanço tecnológico amplia a precisão da análise de dados. A Receita já dispõe de informações detalhadas das movimentações realizadas na B3 e consegue cruzar automaticamente dados sobre vendas acima de R\$ 20 mil mensais, operações de day trade e rendimentos como dividendos e ju-

ros sobre capital próprio (JCP), verificando se o imposto foi corretamente apurado e recolhido. Esse cruzamento automatizado reforça o caráter preventivo do sistema e reduz a incidência de inconsistências.

Apesar da automatização, a responsabilidade pelas informações prestadas continua sendo do contribuinte. É fundamental conferir os dados com base nas notas de corretagem e informes das instituições financeiras, já que podem ocorrer inconsistências ou atrasos no envio das informações. A recomendação é manter a organização dos documentos ao longo de todo o ano, evitando retrabalho no momento da declaração.

A digitalização também avança com a implementação de alertas automáticos durante o preenchimento. O sistema passa a sinalizar, em tempo real, possíveis inconsistências, como despesas médicas fora do padrão, ausência de rendimentos vinculados a dependentes ou falta de chave PIX associada ao CPF. “O objetivo não é impedir a entrega da declaração, mas ajudar o contribuinte a evitar erros ou omissões”, explica Carla Sacin. Atualmente, esses alertas têm caráter predominantemente orientativo, mas a Receita já avalia evoluir o sistema para um modelo mais preventivo, que poderá impedir situações específicas de inconsistência — como a seleção de restituição via Pix sem chave vinculada ao CPF.

Nesse contexto, a ampliação do uso de dados também reforça uma mudança de comportamen-

to por parte do contribuinte. Com mais informações já disponíveis na declaração, o preenchimento dá lugar a uma etapa mais analítica, centrada na conferência e validação dos dados. “O objetivo não é impedir a entrega da declaração, mas ajudar o contribuinte a evitar erros ou omissões”, afirma a superintendente da Receita, Carla Sacin.



Carla Sacin

Ao mesmo tempo, o avanço da integração entre sistemas amplia a capacidade de identificação de inconsistências e contribui para uma fiscalização mais direcionada. Para os profissionais da contabilidade, esse cenário exige uma atuação mais estratégica, voltada não apenas ao preenchimento, mas à orientação e à análise das informações. A tendência é de um processo cada vez mais digital, integrado e preventivo, acompanhando a evolução das ferramentas de controle fiscal.

A área da saúde, inclusive, permanece como ponto de atenção. Com a obrigatoriedade da emissão



de recibos pelo aplicativo Receita Saúde, as informações passam a ser automaticamente cruzadas pela Receita. A ausência desses registros pode aumentar significativamente o risco de retenção em malha fiscal e exigir comprovação posterior. A medida busca aumentar a confiabilidade das deduções médicas, um dos pontos mais sensíveis da declaração.

Entre as medidas mais inovadoras está o anúncio de um mecanismo de restituição automática para contribuintes de baixa renda, conhecido como “cashback”. A Receita identificará pessoas com direito à restituição de até R\$ 1 mil que não entregaram a declaração por não estarem obrigadas e fará o envio automático de uma versão simplificada. A expectativa é alcançar cerca de 4 milhões de contribuintes, com pagamento previsto para julho de 2026, uma iniciativa que busca ampliar a justiça fiscal. A proposta também tem caráter de inclusão fiscal, ao ampliar o alcance do sistema para contribuintes que tradicionalmente ficavam fora do processo declaratório.

As regras de obrigatoriedade também foram atualizadas. Passam a declarar os contribuintes que tiveram rendimentos tributáveis acima de R\$ 35.584,00 em 2025, valor ajustado para acompanhar a política de isenção voltada a quem recebe até dois salários mínimos.

Outra mudança importante está no pagamento do imposto devido, que agora pode ser parcelado em até oito cotas, com opção de débito automático. A adesão pode ser

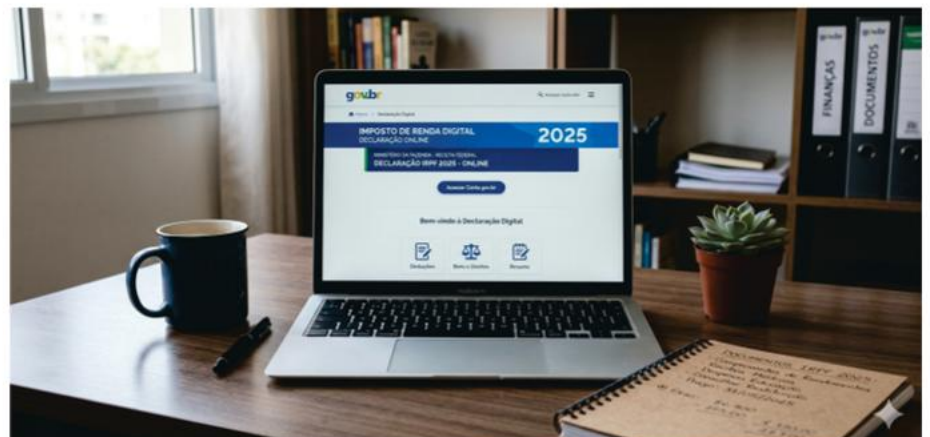
feita no momento da declaração ou posteriormente pelos canais digitais, ampliando a flexibilidade. Para declarações transmitidas até 10 de maio, o débito automático da primeira cota, ou da cota única, será realizado no último dia útil de maio. Já para declarações enviadas após essa data, o contribuinte poderá aderir ao débito automático apenas nas demais cotas, sendo necessário quitar a primeira por meio de DARF, respeitando o prazo de vencimento. A Receita avalia que a medida tende a ampliar a adesão ao parcelamento, ao reduzir o risco de atrasos e encargos por esquecimento.

A opção pelo débito automático também vem sendo incentivada como medida de facilitação e organização financeira. Ao automatizar o pagamento, o contribuinte reduz o risco de esquecer prazos e evita a incidência de encargos por atraso. A Receita destaca que a sistemática foi estruturada para garantir tempo hábil de processamento das informações antes do envio às instituições financeiras, o que explica o prazo limite para adesão na primeira cota.

O avanço tecnológico também se reflete no atendimento ao contribuinte, com a disponibilização do chatbot “Leo”, que auxilia com informações gerais e dúvidas frequentes.

As apostas online também entram de vez no radar da Receita. Ganhos acima de R\$ 28.467,20 devem ser declarados como rendimentos exclusivos na fonte, enquanto saldos superiores a R\$ 5 mil precisam ser informados como bens. Embora esses critérios não tornem obrigatória a entrega da declaração, os dados devem ser incluídos por contribuintes já obrigados.

Por fim, a Receita reforça a importância da parceria com o Conselho Federal de Contabilidade para o fortalecimento do sistema tributário. Considerada estratégica, a cooperação inclui a oferta de cursos, treinamentos e ações de capacitação, com foco na atualização técnica e na melhoria da transparência e eficiência do sistema. “Os profissionais da contabilidade exercem um papel fundamental na conformidade tributária, atuando como elo entre a Administração Tribu-





tária e o contribuinte”, destaca Carla Sacin.

Se, por um lado, o sistema se torna mais tecnológico e integrado, por outro, cresce a necessidade de atenção e acompanhamento especializado. É nesse ponto que a atuação do contador ganha ainda mais relevância.

O jogo das apostas

No dia a dia, a tributação das apostas esportivas impõe novos desafios operacionais para contribuintes e contadores. Para o presidente do Sescon/RJ, Samir Nehme, a principal dificuldade está na organização e consolidação das informações, já que esses dados ainda não estão plenamente integrados à declaração pré-preenchida. “O maior desafio hoje é justamente organizar essas informações, porque elas não vêm prontas para o contribuinte. “É preciso reunir tudo e fazer essa consolidação corretamente”, destaca Nehme.

As plataformas de apostas são obrigadas a fornecer ao contribuinte o ComprovaBet, documento que consolida os resultados do ano-calendário anterior e serve como base para a declaração. A correta utilização dessas informações é fundamental para evitar divergências, especialmente em um cenário em que os dados ainda não estão totalmente integrados aos sistemas da Receita.

Nesse cenário, o contribuinte precisa reunir os relatórios de cada plataforma, o chamado ComprovaBet, e apurar correta-

mente os resultados, o que exige controle, disciplina e orientação técnica. Além disso, é necessário atenção à forma de declarar essas informações, respeitando a natureza dos rendimentos e os campos específicos da declaração. “Se o contribuinte ultrapassar o limite de isenção, deve declarar em campo específico criado neste ano e realizar o pagamento do imposto correspondente”, esclarece.

A Receita Federal também disponibilizou ferramenta específica para auxiliar no cálculo do imposto, aplicando a alíquota de 15% sobre o prêmio líquido anual que exceder R\$ 28.467,20, sendo os valores abaixo desse limite isentos. Caso haja imposto devido, o pagamento deve ser realizado via DARF até o prazo legal.

A apuração do imposto considera o chamado prêmio líquido, ou seja, o valor efetivamente ganho após a dedução das perdas ao longo do período. Esse ponto exige atenção, já que erros nesse cálculo estão entre as principais causas de inconsistências, especialmente quando há movimentação em múltiplas plataformas.

Um aspecto relevante é a consolidação dos dados ao longo do ano, já que a movimentação em diferentes plataformas pode dificultar o controle. O cuidado na classificação e no preenchimento das informações é essencial para evitar inconsistências, reduzir riscos de malha fiscal e garantir maior segurança na entrega.

Nos casos em que há inconsistências após o envio da declara-

ção, o contribuinte pode ter o documento retido em malha fiscal. Isso ocorre quando a Receita cruza dados bancários e informações das plataformas de apostas e identifica divergências ou omissões. A situação pode ser acompanhada pelo portal e-CAC, onde são detalhadas as pendências.

A regularização pode ser feita pelo próprio contribuinte, por meio da entrega de uma declaração retificadora e do eventual pagamento do imposto devido com acréscimos legais. Embora seja possível resolver de forma autônoma, em situações mais complexas, especialmente envolvendo plataformas estrangeiras ou dúvidas sobre o cálculo do ganho líquido, o apoio técnico é recomendado.

Muito além da entrega

Mais do que transmitir a declaração, o acompanhamento posterior passa a ser parte essencial do serviço contábil. Segundo Samir Nehme, é nesse momento que o profissional garante a segurança das informações prestadas e agrega valor ao serviço oferecido ao cliente. “Na prática, não garantimos apenas a entrega, mas a tranquilidade e a segurança do cliente”, ressalta.

O monitoramento do processamento permite identificar eventuais pendências, inconsistências ou retenções em malha, possibilitando uma atuação rápida e preventiva. Com esse acompanhamento, o contador consegue agir antes que a situação evolua para intimações ou autuações, reduzindo riscos



e evitando prejuízos. Esse cenário se intensifica com o aumento do cruzamento de dados pela Receita Federal, exigindo acompanhamento mais próximo e contínuo das informações declaradas.

Esse movimento reforça o caráter consultivo da profissão e amplia o papel do contador, que deixa de atuar apenas na entrega e passa a oferecer um serviço contínuo de orientação, acompanhamento e proteção ao cliente ao longo de todo o processo. A tendência é que essa atuação se torne cada vez mais estratégica, acompanhando a evolução dos sistemas digitais e das ferramentas de controle fiscal.

Sob essa perspectiva, além dos aspectos técnicos, decisões práticas também influenciam diretamente o resultado da declaração. A inclusão de dependentes, especialmente filhos, pode ser definida pelo casal de acordo com a estratégia mais vantajosa, sendo possível concentrá-los em uma única declaração ou distribuí-los entre os cônjuges.

Outra dúvida recorrente envolve a relação entre pessoa física e jurídica. Mesmo quando o contribuinte possui empresa, as declarações são independentes e devem ser feitas separadamente, cada uma seguindo suas próprias regras. No caso de profissionais liberais, essa separação exige atenção redobrada, especialmente quanto à correta apuração de rendimentos e ao uso do Carnê-Leão.

A segurança no envio das informações também exige atenção. O compartilhamento da senha Gov.br não é recomendado. O ideal

é que o contador elabore a declaração em conjunto com o contribuinte ou que seja concedida uma procuração eletrônica, permitindo o acesso de forma segura e adequada. Essa prática reduz riscos de exposição de dados e garante maior controle sobre as informações prestadas.



Samir Nehme

Estratégia e resultado

Para médicos, advogados e demais profissionais autônomos, o livro-caixa se consolida como uma ferramenta estratégica de planejamento tributário e um campo relevante de atuação consultiva para o contador.

De acordo com Samir Nehme, o uso correto desse mecanismo permite deduzir despesas diretamente relacionadas à atividade profissional, reduzindo de forma consideravelmente a base de cálculo do imposto.

Um aspecto importante é a regularidade no registro das receitas e despesas ao longo do ano. A

utilização do Carnê-Leão Web permite não apenas a apuração mensal do imposto devido, mas também a integração com a declaração anual, reduzindo o risco de inconsistências. No caso de ajustes retroativos, como a emissão de recibos fora do período, é necessário recalcular os valores devidos, garantindo a correta apuração do imposto.

A Receita também reforça que rendimentos recebidos de pessoas físicas ou do exterior estão sujeitos ao Carnê-Leão, recomendando o uso da versão web, que permite a integração com a declaração anual. Além disso, as despesas dedutíveis devem estar vinculadas à atividade profissional e devidamente comprovadas. “O livro-caixa dá a oportunidade de deduzir as despesas da atividade e tributar apenas o lucro, o que pode reduzir significativamente o imposto”, conclui.

Despesas relacionadas à atividade, como custos operacionais, podem ser deduzidas, desde que devidamente comprovadas. Por outro lado, gastos de natureza pessoal, como aluguel residencial, condomínio e contas de consumo, não são dedutíveis, por não terem vínculo direto com a atividade profissional.

Com isso, o contribuinte passa a apurar o imposto sobre o resultado líquido da atividade, e não sobre a totalidade da receita auferida. Além do impacto financeiro, a organização mensal dessas informações melhora bastante o controle, reduz erros e torna a declaração mais segura.



CAMPANHA **EU SOU
CIDADÃO
SOLIDÁRIO**

IR

Seu imposto
vira **destinação**
e um sonho
vira **realidade.**

VOCÊ SABIA que tanto **PESSOA FÍSICA** quanto **PESSOA JURÍDICA** pode destinar parte do imposto de renda para projetos sociais que atendem a crianças, adolescentes e pessoas idosas?

**O PROCEDIMENTO É BEM
SIMPLES. VEJA O PASSO A
PASSO NO SITE DA RECEITA
FEDERAL.**





Destinação do Imposto de Renda ganha força com mobilização inédita do estado



A destinação de parte do Imposto de Renda para fundos sociais ganhou protagonismo no Estado do Rio de Janeiro com a realização do I Fórum Estadual Eu Sou Cidadão Solidário, iniciativa promovida pelo Governo do Estado em parceria com a Receita Federal e com apoio do Sescon/RJ e do CRCRJ. O encontro reuniu representantes de diferentes esferas do poder público, conselhos de direitos e profissionais da contabilidade em um movimento inédito de articulação e mobilização em torno do fortalecimento dessa prática.

Pela primeira vez, conselhos estaduais e municipais da criança e do adolescente e da pessoa idosa foram mobilizados de forma integrada para participar de um espaço de orientação técnica e troca de experiências. A presença desses atores ampliou o alcance do debate e reforçou a importância da atuação conjunta entre governo, sociedade civil e classe contábil para potencia-

lizar a captação de recursos destinados a projetos sociais nos territórios.

Durante o evento, especialistas abordaram aspectos práticos e legais da destinação de recursos, destacando o papel estratégico da contabilidade como ponte entre o contribuinte e os mecanismos previstos na legislação. A orientação qualificada aos cidadãos e empresas é determinante para ampliar o volume de recursos destinados aos fundos e, conseqüentemente, fortalecer iniciativas voltadas ao atendimento de crianças, adolescentes e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade.

Como desdobramento do fórum, o Sescon/RJ e o CRCRJ lançaram, em parceria com o Governo do Estado, uma trilha de apoio voltada aos conselhos e aos profissionais envolvidos nesse processo. A proposta busca oferecer capacitação contínua e suporte técnico, contribuindo para que os municípios estejam mais preparados para esti-

mular e operacionalizar a destinação do imposto.

O evento contou ainda com a participação de autoridades estaduais, incluindo subsecretários e representantes da alta gestão, além de nomes com experiência na formulação de políticas públicas, o que reforçou o engajamento institucional e a relevância política da pauta. A repercussão positiva evidencia que a iniciativa contribuiu para consolidar a destinação do Imposto de Renda como uma ferramenta efetiva de promoção da cidadania e desenvolvimento social no estado.

Mais do que um encontro pontual, o fórum marcou o início de uma agenda estruturada de incentivo à participação social por meio da destinação fiscal, destacando o papel essencial da contabilidade nesse processo e ampliando as perspectivas de impacto nas políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis, com foco em maior transparência, engajamento social e resultados efetivos.



Edmilson Machado

Professor, Consultor Tributário e Diretor do Sescon/RJ

PERÍODO MAIS DESAFIADOR DA HISTÓRIA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Entre 2026 e 2032, o Brasil viverá um dos períodos mais desafiadores da sua história tributária. Durante a transição para o novo modelo de tributação sobre o consumo, tributos atuais e futuros coexistirão, exigindo das empresas um nível elevado de controle na apuração de impostos, na gestão documental e na revisão de processos.

A reforma tributária, estruturada no modelo de Imposto sobre Valor Agregado Dual — composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal — tem como proposta simplificar o sistema, eliminar a cumulatividade e ampliar a competitividade das empresas brasileiras. Embora a fase de adaptação tenha tido início em 2024, a transição plena se estenderá até 2033, impactando de forma significativa a indústria e o comércio.

A indústria desponta como uma das principais beneficiadas pelo novo modelo, especialmente em razão da desoneração das exportações e dos investimentos produtivos.

Com o fim da cumulatividade, os tributos incidentes sobre a aquisição de insumos, energia elétrica e bens do ativo imobilizado passam a gerar créditos financeiros integrais e de forma mais rápida, reduzindo o custo de produção e melhorando o fluxo de caixa das empresas.

A manutenção dos incentivos da Zona Franca de Manaus assegura a preservação da competitividade regional, garantindo tratamento diferenciado para os produtos industrializados naquele polo. A extinção gradual do IPI e sua substituição pelo Imposto Seletivo — incidente apenas sobre bens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente — contribui para a racionalização do sistema e

reduz a carga tributária sobre a atividade industrial não enquadrada nessas hipóteses.

No comércio exterior, a imunidade de CBS e IBS sobre as exportações reforça a competitividade do produto nacional no mercado internacional.

Para o comércio, especialmente nos segmentos varejista e atacadista, os desafios estarão mais relacionados à adaptação ao novo modelo de cálculo dos tributos, que passa a adotar a sistemática “por fora”, aumentando a transparência na formação de preços.

A tendência de uniformização das alíquotas reduz distorções provocadas pela guerra fiscal entre os estados, mas exige a reorganização das estruturas logísticas e dos centros de distribuição, que deixarão de ser definidos por benefícios fiscais e passarão a priorizar eficiência operacional.

Empresas que atualmente operam com alíquotas reduzidas de ICMS poderão enfrentar elevação da carga tributária em determinadas operações. Por outro lado, a simplificação das obrigações acessórias e a não cumulatividade plena tendem a gerar ganhos de longo prazo.

A precificação da mesma forma demandará atenção mais detalhada especial durante o período de transição, principalmente no comércio de bens duráveis, com necessidade de revisão das margens e das estratégias comerciais.



Impactos gerais para os setores

A substituição de cinco tributos — PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS — por CBS e IBS representa um avanço relevante em termos de simplificação, redução de burocracia e aumento da segurança jurídica.

A partir deste ano de 2026, terá início a fase de transição com a cobrança de uma alíquota teste de 1%, sendo 0,9% de CBS e 0,1% de IBS, enquanto os tributos atuais serão gradualmente reduzidos até sua extinção.

As estimativas indicam uma alíquota padrão do IVA entre 26,5% e 28%. Ainda que elevada em termos internacionais, a não cumulatividade plena e a recuperação integral de créditos exigirão das empresas a revisão dos seus modelos de negócio para preservação da competitividade.

Nesse cenário, a gestão eficiente de créditos tributários e o fortalecimento da governança fiscal deixam de ser apenas diferenciais e passam a se tornar fatores essenciais para a sustentabilidade das operações du-



(Imagem: Notasteway)

rante a transição.

A reforma tributária não se limita a uma mudança na forma de recolher impostos. Trata-se de uma transformação estrutural que exigirá planejamento, revisão de processos e adaptação estratégica. Empresas que se anteciparem a esse movimento tendem a capturar ganhos relevantes de eficiência e competitividade nos próximos anos.

E-book grátis

REFORMA TRIBUTÁRIA:

Guia de adaptação para escritórios contábeis



Escaneie o QR Code e acesse agora:



 ACESSÓRIAS

O que todo contador precisa entender sobre a Reforma Tributária

Entenda as novas regras e seus impactos reais

Conheça os novos tributos (CBS, IBS e IS), como eles substituem o sistema atual e o que muda no dia a dia do contador até 2033.

Construa um plano de transição para seu escritório

Aprenda a segmentar clientes, revisar processos, capacitar sua equipe e se adaptar de forma escalonada, sem atropelos.

Use a tecnologia como aliada estratégica

Veja como sistemas modernos, como o ACESSÓRIAS, podem automatizar obrigações, reduzir erros e aumentar a produtividade do seu time.



Otávio Rodrigues

Bacharel em Relações Internacionais com ênfase em Comércio Exterior, Sócio da Logimex Comércio Exterior e integrante da Comissão de Comércio Exterior do CRCRJ

PERSPECTIVAS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO EM 2026

2025 se mostrou um ano agitado. Muitas mudanças em curtos espaços de tempo. Fatores diversos afetando intimamente o comércio entre o Brasil e outros países foram uma tônica, que nos trouxeram uma grande interrogação sobre o que esperar para o Comércio Exterior Brasileiro em 2026.

Se formos listar estes fatores, obviamente, pela relevância, começaríamos com o “Tarifaço do Trump” sobre os produtos brasileiros e também sobre bens e serviços de outras economias mundiais. Mas não foi só isso. Vários acontecimentos nacionais e internacionais mexeram com a economia brasileira, causando um turbilhão de emoções, que, direta ou indiretamente, foram determinantes para a movimentação de compras e vendas de produtos e serviços brasileiros para o exterior.

Fatores econômicos relevantes, tais como a manutenção da taxa de juros quase no teto, encarecendo crédito e consumo; atividade econômica em níveis de recuperação e resiliência; redução do desemprego ao menor nível da série histórica; queda significativa do dólar americano, figuraram no cenário econômico brasileiro e mundial. Ou seja, mesmo com avanços internos, navegamos entre juros altos e pressões globais, com conquistas e desafios.

O fato mais relevante e desconcertante para o balanço comercial mundial, ocorreu em março de 2025: foi o chamado “Tarifaço do Trump” imposto não apenas ao Brasil, mas a mais de 100 países, que em meu ponto de vista, serviu como um freio de ajuste na política comercial brasileira. Os Estados Unidos iniciaram uma guerra comercial com a China, México, Canadá, Índia e outros. Contudo, de acordo com a APEX – Agência de promoção

as exportações brasileiras, o Brasil comemorou a abertura de 500 novos mercados pelo mundo afora, e apesar de ter reduzido percentualmente suas vendas para os Estados Unidos em 18%, aumentou percentualmente em diversos outros mercados, tais como China (31%), Mercosul (28%), México (43%), Japão (7%), Índia (58%), Indonésia (23%), entre outros.

Dito isto, que podemos considerar uma rápida introdução para dizermos o que esperamos para 2026 no tocante ao Comércio Exterior brasileiro, posso afirmar que, ao escrever este artigo, tive a certeza de que as mudanças geopolíticas serão ainda mais frequentes e, certamente, irão dar grande dinamismo ao mercado internacional, seja para compra, seja para venda. As peças do tabuleiro estarão em constante mudança no ano de 2026.

O Tarifaço foi um marco na economia mundial. É necessário que se entenda, que o aumento de tarifa foi exclusivo para os importadores americanos ao comprarem produtos de origem deste ou daquele país. Isso não impede a venda/compra, mas encarece, fazendo com que os compradores busquem fontes menos oneradas de tributos. Esta realidade, em 2026 irá fazer com que os países que foram afetados com este aumento de alíquotas se mexam no tabuleiro e busquem novas parcerias. Novos consumidores, que diversifiquem de forma prag-



mática suas vendas.

Esse susto doloroso pode se transformar em solução para combater a inércia comercial. No comércio internacional, ficar na zona de conforto pode se transformar em prejuízos.

O Brasil, segundo a APEX, já reagiu ao aumento das tarifas comerciais americanas buscando aumentar vendas para novos e antigos parceiros. A tendência é que isso cresça, e no planejamento estratégico da entidade, é uma meta clara aumentar os esforços para abrir mercados, capacitar exportadores, alinhar e fortalecer conceitos de sustentabilidade aos processos de exportação e implementar mais recursos tecnológicos no segmento de vendas internacionais.

Existe uma máxima no posicionamento estratégico comercial, muito usada na contraespionagem entre os países: quando um “player” abandona uma posição, é hora do adversário ganhar terreno marcando presença naquele espaço abandonado. Um exemplo disso é a retomada de mercado pelos chineses em vários espaços de fornecimento ora abandonados pelos americanos.

Existe uma política usada pela China quando da perda de mercado junto a compradores americanos: compensação. Para compensar a perda de mercados ocidentais devido as tarifas, a China implementou uma estratégia bem agressiva. 1) Redução de preços, visto que se gerou um excesso de produção não vendida de uma demanda interna fraca, as fábricas chinesas baixaram drasticamente preços para inundar novos mercados. 2) Desindustrialização alheia, ou seja, quebra de indústrias locais que não conseguem competir com os preços muito baixos. E o caso dos setores de aço, têxtil e automotivo.

Todos estão acompanhando a inundação de carros chineses no mundo. Várias novas marcas, de carros altamente tecnológicos estão conquistando os consumidores brasileiros (e globais), mostrando que a ansiedade por baterias com mais autonomia estão se mostrando superadas. Carros com baterias de estado semissólido mostram que em breve, as baterias chegarão a autonomies de 1.000 km. Carregamento rápido, em média de 10 a 12 minutos, tornou-se um padrão.

Devido as imensas tecnologias embarcadas nos veículos chineses, com uso massivo de sensores, inteli-

gência artificial, assistentes de condução que operam com pouca intervenção humana, os carros chineses tornam-se verdadeiros “smartphone sobre rodas”. Tem como essas máquinas rodantes chinesas não serem uma tendência para 2026? E tem mais, com o tarifaço e as barreiras comerciais, 2026 é o ano da consolidação industrial chinesa fora da china.

No segmento de moda, a tendência também vem do oriente. A China redefiniu seu modelo de vendas de produtos têxteis através de gigantes como Shein e Temu. Hoje não existe um grande centro brasileiro em que não exista um CD (Centro de Distribuição), separando entregas de produtos oriundos da China, que mudou sua forma de produção, hoje trabalhando no sistema de produção “on demand”, no qual produz lotes mínimos de 100 unidades, escalando apenas o que tem venda certa (em geral vendas online). Nada de produzir demais e torcer para vender.

Tudo isso, acresce-se ao fato de países com indústrias têxteis tradicionais, tais como Brasil, Vietnã e Turquia não conseguirem ser competitivos em preços, gerando uma desindustrialização local. Aqui no Brasil, vimos enfrentando desde início de 2025 uma severa crise de produção têxtil. A China, que enfrenta um aumento no custo de mão de obra, está automatizando suas fábricas, tornando-as inteligentes e movidas por robotização, para corte de peças, costura a laser, o que reduz o desperdício de tecidos e reduz a mão de obra humana em tarefas repetitivas. Em resumo, importaremos muito vestuário em 2026. Ótima oportunidade para quem vai importar roupas, tecidos, aviamentos da China. Mas não se esqueçam da “Taxa das Blusinhas” para quem compra no varejo pela internet.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), estima atingir um superavit (venda maior do que as compras internacionais) de até USD 90 bilhões em 2026, ou seja, com tudo que está acontecendo no mundo considerando a reviravolta geopolítica mundial, seremos mais vendedores do que compradores.

Significa que venderemos uma média de USD 360 bilhões de commodities, produtos de uma esperada safra recorde, em especial de soja e milho. Compraremos em média USD 270 bi em produtos industriais e bens de



capital. Mineração e petróleo puxam a fila, com um Brasil buscando fontes de energias alternativas.

Na importação, muito provável que iremos buscar tecnologia e insumos verdes. Maquinários de automação, fertilizantes e energia limpa para produção de hidrogênio verde e amônia, fundamentais para descarbonização da indústria nacional. A importação de bens de consumo (modas e eletrônicos) puxarão a fila de e-commerce e as plataformas de vendas chinesas continuarão cada vez mais fortes.

Com a expectativa de que o acordo Mercosul-Comunidade Europeia saia do papel, poderemos fazer mais negócios intrablocos. Contudo ainda de forma muito gradual, onde os resultados efetivos deste acordo virão anos a frente.

Uma preocupação é que as guerras e conflitos não gerem instabilidade em rotas marítimas, elevando os valores dos fretes, tornando-se críticos para o fortale-

cimento das nossas compras e vendas. Contudo teremos muitos pontos importantes que acirram os nossos otimismo com vistas a atingirmos a meta de superavit de USD 90 bilhões. Muitas feiras setoriais, desde tecnologia até o agronegócio, passando por feiras logística, máquinas, têxteis, devem ser muito bem exploradas pelos empreendedores para vender seus produtos.

O ano será apertado e terá muitos eventos importantes que reduzirão bastante o tempo para negócios. Começando pelo Carnaval, passando pela Copa do Mundo e chegando ao final do ano com as eleições presidenciais, a mais importante eleição do país. Tudo isso pode ter efeito sobre a economia, fazendo com que haja alguma modificação sobre os pontos de expectativa. Portanto, deixo estes pontos relevantes para reflexão sobre o que pode acontecer no Brasil e no mundo no que se refere aos negócios internacionais, mesmo sabendo que em segundo, tudo pode mudar.

Associe-se ao SESCON-RJ

**Transforme benefícios em resultados,
através de uma rede de vantagens
pensada para fortalecer você, sua
empresa e seu dia contábil.**

**Associe-se agora e faça
parte do SESCON-RJ!**





O Simples Nacional na Encruzilhada

A ilusão da guia única e o advento do regime híbrido

O simples Nacional, historicamente visto como um modelo simplificado e seguro para micro e pequenas empresas, passa por uma transformação significativa a partir de 2026. Com a entrada em vigor da Lei Complementar 214 e da Lei 15.270, o regime deixa de operar no chamado “piloto automático” e passa a exigir decisões mais complexas por parte dos empresários e profissionais da contabilidade.

A principal mudança é a introdução do chamado Regime Híbrido, previsto nos artigos 93 e 94 da LC 214. Na prática, as empresas poderão continuar no Simples para tributos como IRPJ, CSLL e CPP — recolhidos via DAS —, mas terão a opção de apurar separadamente o IBS e a CBS pelo regime de débito e crédito, fora da guia unificada.

Segundo o professor José Miguel, instrutor e palestrante do CRCRJ, a mudança representa uma ruptura estrutural no modelo. “O Simples Nacional não acabou, mas deixou de ser um sistema automático. Ele se tornou um ambiente de escolha estratégica, onde cada decisão pode impactar diretamente a competitividade da empresa”, afirma José.

De acordo com o professor, a lógica por trás do novo modelo está diretamente ligada à dinâmica da cadeia produtiva, especialmente nas relações entre empresas (B2B). Ele explica que no modelo tradicional, clientes pessoa jurídica aproveitavam apenas uma pequena parcela

de crédito tributário embutido no DAS. Já no novo sistema de IVA, com alíquota estimada em 26,5%, fornecedores que não gerarem crédito integral podem se tornar menos competitivos. “Para empresas que fornecem para outras empresas, permanecer exclusivamente no modelo tradicional pode significar perda de mercado. O Regime Híbrido surge como uma alternativa para manter a competitividade”, explica José Miguel.

Outro ponto de impacto é a implementação do chamado “*split payment*”, mecanismo pelo qual o imposto é automaticamente segregado no momento do pagamento. Nesse modelo, a parcela referente ao IBS e à CBS é direcionada diretamente ao Comitê Gestor, reduzindo a disponibilidade imediata de caixa das empresas.

De acordo com o professor, a medida altera profundamente a gestão financeira. “O empresário que utilizava o fluxo do imposto como capital de giro vai sentir um choque. A gestão de caixa precisará ser muito mais rigorosa e em tempo real”, destaca.

A transição também ocorre em meio a um debate sobre a defasagem histórica dos limites de enquadramento do Simples e do MEI. A atualização recente, que elevou o teto para R\$ 8,2 milhões no caso das empresas de pequeno porte e R\$ 130 mil para microempreendedores individuais, é vista por especialistas como uma correção tardia. “Não se trata de benefício, mas de

uma recomposição necessária após anos de inflação acumulada. Tributar faturamento nominal sem atualização é penalizar o crescimento das empresas”, detalha José Miguel.

Diante desse novo cenário, o papel do contador também ganha centralidade. Mais do que cumprir obrigações acessórias, o profissional passa a atuar como consultor estratégico. “O Simples Nacional deixou de ser sinônimo de simplicidade. Agora, ele exige análise constante: vale mais a pena a alíquota reduzida ou o aproveitamento de créditos? Cada empresa terá uma resposta diferente”, conclui o professor.

Com a reforma, especialistas apontam que a sobrevivência no mercado dependerá da capacidade de adaptação. Empresas que permanecerem inertes podem perder competitividade em um ambiente cada vez mais orientado por eficiência tributária.



José Miguel



Capacitações em IRPF 2026 fortalecem atuação estratégica no interior



O SESCOB/RJ reforçou seu compromisso com a qualificação profissional ao promover, nos dias 30 e 31 de março, duas edições do curso de Imposto de Renda voltadas à atualização técnica e à prática dos profissionais da contabilidade no interior do estado. As iniciativas ocorreram em Itaperuna e em Campos dos Goytacazes, reunindo participantes interessados em aprofundar conhecimentos diante das constantes mudanças na legislação e das exigências do período declaratório.

No dia 30, Itaperuna recebeu uma programação intensa, com a realização do curso de IRPF 2026 voltado à legislação e prática, além de um segundo encontro abordando os impactos da reforma tributária. As atividades foram realizadas em diferentes espaços da cidade e atraíram profissionais que buscavam não apenas atualização, mas também uma visão mais estratégica

sobre o cenário fiscal. A abordagem prática contribuiu para esclarecer dúvidas recorrentes e trazer mais segurança na aplicação das normas no dia a dia dos escritórios

Dando sequência à agenda, no dia 31 foi a vez de Campos dos Goytacazes sediar o curso de IRPF 2026, promovido pela delegacia regional. Realizado em parceria com instituição de ensino local, o encontro teve duração estendida e proporcionou uma imersão completa nos principais pontos da declaração, com foco em aspectos técnicos e operacionais. A presença ativa dos participantes evidenciou a relevância do tema e a necessidade constante de atualização profissional.

O contador e advogado Marcos César, especialista em legislação tributária, foi o responsável por conduzir as atividades nos dois municípios, garantindo unidade de conteúdo e aprofundamento nos temas abordados. Ao longo dos

encontros, ele destacou a importância da preparação antecipada e da atenção aos detalhes no preenchimento das declarações. “O domínio da legislação aliado à prática é fundamental para evitar inconsistências e oferecer um serviço mais seguro ao contribuinte”, ressaltou, ao enfatizar o papel estratégico do contador nesse período.

Ao tratar dos aspectos práticos da declaração e das mudanças no sistema tributário, o especialista sinalizou que a atualização constante permite aos profissionais transformar desafios em oportunidades. Mais do que preencher formulários, trata-se de compreender o impacto das normas sobre a realidade de cada cliente e propor soluções que otimizem resultados, minimizem riscos e fortaleçam relações de confiança. Essa abordagem estratégica exige dedicação ao estudo, análise crítica e capacidade de aplicar a legislação de forma inteligente, posicionando o contador como um parceiro confiável na tomada de decisões e no planejamento tributário.





Sescon/RJ junto ao Fórum de Desenvolvimento Econômico

A assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) abriu, no dia 9 de março, o calendário de 2026 do Fórum de Desenvolvimento Econômico, retomando uma agenda que volta ao centro das articulações políticas e institucionais no Estado. A iniciativa ocorre em um momento de reorganização das pautas econômicas, com pressão por maior coordenação entre planejamento público, ambiente de negócios e os efeitos práticos das mudanças no sistema tributário nacional. A movimentação recoloca o Fórum em posição estratégica dentro da dinâmica legislativa, deixando de lado um papel mais protocolar para assumir função de articulação entre diferentes setores. A proposta é consolidar o espaço como instância permanente de construção de diretrizes, reunindo governo, iniciativa privada e entidades técnicas em torno de uma agenda comum, com foco na previsibilidade e na organização do ambiente econômico fluminense.

Nesse contexto, o Sescon/RJ passa a integrar de forma mais presente as discussões conduzidas na Casa, ampliando sua inserção em temas que impactam diretamente a atividade empresarial e a relação entre contribuinte e Estado. A presença da entidade acompanha um movimento mais amplo de aproximação entre a formulação legislativa e a realidade operacional dos setores produtivos, especialmente em matérias de natureza tributária e

regulatória. A reunião de abertura reuniu representantes de diferentes áreas sob o tema “Estado em transformação: território, empreendedorismo e reforma tributária”, estabelecendo as bases para um ciclo de debates que deve se estender ao longo do ano. A condução ficou a cargo da deputada estadual Tia Ju, segunda vice-presidente da Alerj e presidente do Fórum, que apresentou o direcionamento estratégico das atividades.

A agenda incluiu, ainda, a apresentação do balanço das ações realizadas em 2025 e o lançamento do novo Mapa do Estado do Rio de Janeiro, que passa a integrar o conjunto de instrumentos utilizados no planejamento das iniciativas do Fórum. A utilização de dados atualizados foi colocada como elemento central para qualificar o debate e orientar a definição de prioridades. A composição do encontro, com representantes de órgãos públicos, entidades de classe e instituições com atuação em áreas estratégicas, evidenciou a tentativa de consolidar o Fórum como ponto de convergência entre diferentes interesses, em um ambiente que exige maior coerência na formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico.

As discussões avançaram sobre temas diretamente relacionados ao funcionamento do ambiente de negócios, como mobilidade urbana, licenciamento ambiental e os impactos da Reforma Tributária sobre estados e municípios. A necessidade de maior alinhamento entre

planejamento público e dinâmica econômica apareceu como um dos pontos centrais, sobretudo diante das incertezas que ainda cercam a implementação das mudanças tributárias.

O Sescon/RJ esteve representado pelo diretor Carlos Marinho, e pela membro da comissão institucional, Dinoã Souza, que acompanharam a agenda e reforçaram a presença da entidade nesse espaço de interlocução institucional, ampliando sua participação em debates de caráter técnico.

Na avaliação de Carlos Marinho, o fortalecimento de espaços permanentes de diálogo tende a dar mais consistência às decisões. “Quando o debate é estruturado e contínuo, as propostas deixam de ser pontuais e passam a refletir melhor a realidade dos setores envolvidos, o que contribui para decisões mais alinhadas e com maior capacidade de aplicação”, afirmou, destacando que a participação das entidades permite um acompanhamento muito mais próximo das pautas estruturais em discussão.





Medalha em reconhecimento a trabalho

O presidente Samir Nehme recebe relevante honraria por serviços à comunidade



O presidente do Sesccon/RJ Samir Nehme, que também é presidente da Associação Empresarial de Campo Grande (AECG Rio), foi condecorado com a Medalha da Ordem dos Cavaleiros Honorários do Regimento de Polícia Montada de Campo Grande, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade.

Segundo Samir Nehme, a homenagem especial tem uma representatividade ímpar que transcende a conquista individual, ou seja, significa o reconhecimento de um trabalho que vem sendo desenvol-

vido coletivamente. Para ele, tudo é fruto de um trabalho construído no dia a dia, com muito foco, planejamento e, sobretudo, apoio incondicional da diretoria de ambas as instituições. “Sinto-me honrado pela homenagem, ciente de que ela é o resultado da dedicação de todos que nos apoiam e acreditam no fortalecimento do ambiente empresarial, nas articulações institucionais e no compromisso com o desenvolvimento econômico e social”, afirma.

O presidente complementa, dizendo que o reconhecimento reforça o papel das entidades representativas na promoção do crescimento sustentável, da valorização

do empreendedorismo e da construção de uma agenda ampla voltada ao avanço da sociedade.

A Medalha da Ordem dos Cavaleiros Honorários carrega um significado histórico de reconhecimento àqueles que se destacam pelo compromisso com a sociedade, liderança e serviço ao bem comum. Inspirada nos valores das antigas ordens de cavalaria, essa distinção representa honra, responsabilidade e o legado de contribuir ativamente para o desenvolvimento da comunidade.

A homenagem também chama atenção para o impacto prático desse tipo de atuação no dia a dia da comunidade, refletindo iniciativas que aproximam o setor empresarial das demandas locais e contribuem para a geração de oportunidades e melhoria do ambiente de negócios.





Educação Continuada na contabilidade



Mauricio Ferreira

Em um cenário de profundas transformações na contabilidade brasileira, impulsionadas pela reforma tributária, pela digitalização e pelo avanço da inteligência artificial, o papel das entidades de classe e de produção de conhecimento ganha ainda mais relevância. Mais do que representar a categoria, instituições como a Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro (ACCERJ) vêm se consolidando como espaços estratégicos de formação, reflexão e inovação.

À frente da entidade, Mauricio Ferreira Chaves, presidente da ACCERJ, tem conduzido uma agenda voltada à valorização da educação continuada, ao fortalecimento da produção intelectual e à aproximação entre mercado e academia. Em entrevista para a Revista do Sescon/RJ, ele detalha como a Academia tem atuado para preparar os profissionais para um mercado cada

vez mais dinâmico e exigente.

Como a ACCERJ tem contribuído para a formação e atualização dos profissionais no estado?

A ACCERJ atua como um espaço de formação contínua que vai além do aspecto técnico. Promovemos encontros presenciais e virtuais que integram teoria, prática e propósito. Também firmamos cooperações com entidades como CRCRJ, Sindicato Rio e Sescon/RJ para incentivar a pesquisa e a produção de conhecimento. Nosso compromisso é estimular o profissional a estudar continuamente e compreender seu papel social.

A Academia tem apostado em inovação? De que forma?

Sim, e entendemos inovação como uma nova forma de pensar a contabilidade. Temos promovido debates sobre temas atuais, como criptoativos, setor de petróleo e as novas diretrizes curriculares. Também incentivamos a troca de experiências entre diferentes gerações de profissionais.

Quais iniciativas recentes merecem destaque?

Temos ampliado o diálogo com entidades contábeis em níveis estadual, nacional e internacional. Participamos de eventos relevantes, como encontros promovidos pelo Conselho Federal de Contabilidade e conferências internacionais. Além dis-

so, estamos desenvolvendo nosso primeiro livro, incentivando a produção intelectual dos acadêmicos.

Como a ACCERJ incentiva a produção de conhecimento?

Valorizamos a produção intelectual e criamos espaços para fala, escrita e publicação. A Academia é um ambiente de compartilhamento, onde o conhecimento circula e inspira. Nosso livro reforça esse propósito.

Qual o papel da produção intelectual para a contabilidade?

Ela é o alicerce da profissão. Sem pesquisa e reflexão crítica, não há evolução consistente. Produzir conhecimento fortalece a contabilidade, amplia sua credibilidade e posiciona o profissional contábil.

“Sem pesquisa e reflexão crítica, não há evolução consistente.”

Existe aproximação com universidades?

Sim. Um marco foi o Encontro de Estudantes e Jovens Lideranças Contábeis, que reuniu cerca de 2 mil participantes. Também mantemos diálogo com coordenadores de cursos e incentivamos a conexão entre academia e mercado.



Qual o impacto da educação continuada no cenário atual?

Hoje, ela é indispensável. O contador que não se atualiza perde relevância. Em um ambiente de mudanças rápidas, o estudo constante garante segurança técnica e competitividade.

Quais são as principais demandas do mercado?

O mercado exige um profissional mais completo: técnico, estratégico, comunicativo e adaptável. Não basta executar — é preciso interpretar dados, orientar decisões e gerar valor.

Como a tecnologia impacta a contabilidade? E a inteligência artificial?

A tecnologia automatiza tarefas e abre espaço para uma atuação muito mais estratégica. O contador passa a interpretar dados e gerar insights, assumindo um papel consultivo dentro das organizações. E a inteligência artificial já está transformando a rotina contábil, aumentando a eficiência. Mas também exige mudança de mentalidade: o contador precisa evoluir para analista e

apoiar decisões estratégicas.

Quais tendências estão moldando o setor?

A reforma tributária, o avanço tecnológico, a contabilidade consultiva e temas como ESG e governança são os principais vetores de transformação.

Quais os desafios e oportunidades?

O maior desafio é a adaptação ao novo perfil estratégico. Por outro lado, nunca houve tantas oportunidades para o contador atuar como protagonista.



O contador que não se atualiza perde relevância. Em um ambiente de mudanças rápidas, o estudo constante garante segurança técnica e competitividade



Quais competências serão indispensáveis?

Pensamento crítico, comunicação

clara, domínio tecnológico e inteligência emocional. O contador do futuro será estratégico e humano.

A contabilidade está mais estratégica?

Sem dúvida. A automação reduz tarefas operacionais e amplia o espaço para análise e tomada de decisão. O contador se aproxima cada vez mais da gestão.

ESG e governança já fazem parte da rotina?

Sim, e estão em expansão. O contador é peça-chave na transparência e na mensuração de indicadores, contribuindo para a sustentabilidade das organizações.

Que mensagem a ACCERJ deixa para os profissionais e o mercado?

Aos profissionais, reforçamos a importância do aprendizado contínuo e da coragem de evoluir. Ao mercado, o convite é reconhecer o profissional contábil como peça essencial da governança. O futuro da contabilidade será construído por quem se reinventa e contribui com conhecimento.

QUER DAR MAIS VISIBILIDADE À SUA MARCA?

**A PRÓXIMA EDIÇÃO DA REVISTA SESCON-RJ ESTÁ CHEGANDO
E SUA EMPRESA PODE ESTAR NELA!**

RESERVE SEU ESPAÇO AGORA E DESTAQUE-SE!



Entre números, prazos e o leão: o Imposto de Renda na prática da contabilidade



(Imagem: Decorepremium)

Ele aparece todos os anos. Sempre no mesmo período. Sempre cercado de prazos, regras e atualizações. E, ainda assim, nunca exatamente igual ao anterior.

O Imposto de Renda é um dos poucos momentos em que milhões de brasileiros, de perfis completamente diferentes, se encontram diante de uma mesma obrigação. Profissionais liberais, empresários, assalariados e investidores passam a olhar com mais atenção para números que, ao longo do ano, muitas vezes ficam dispersos.

Em 2025, mais de 41 milhões de declarações foram entregues no país, segundo a Receita Federal. Para 2026, a expectativa é de crescimento, acompanhando a ampliação da base de contribuintes

e a diversificação das fontes de renda.

Para quem atua na contabilidade, no entanto, o desafio vai além do volume. O que muda, de fato, é o ambiente em que essas declarações são produzidas — mais digital, mais integrado e significativamente mais rigoroso.

Menos improvisado, mais antecipação

A evolução tecnológica da Receita Federal alterou a lógica operacional do Imposto de Renda.

Hoje, o cruzamento de dados envolve múltiplas fontes, como instituições financeiras, operadoras de saúde, cartórios e empresas. O resultado é um sistema com alta capacidade de verificação, onde inconsistências são rapidamente iden-

tificadas.

Na prática, isso reduz o espaço para ajustes posteriores e aumenta a necessidade de organização ao longo do ano.

O erro deixa de ser apenas um retrabalho — passa a ser um risco.

O comportamento que se repete

Apesar dos avanços tecnológicos, o comportamento do contribuinte ainda segue um padrão conhecido: a concentração de envios nos últimos dias do prazo.

Esse movimento pressiona a operação dos escritórios contábeis, aumenta o risco de inconsistências e reforça um ponto recorrente: a baixa organização financeira ao longo do ano.



Para o contador, isso exige não apenas domínio técnico, mas capacidade de gestão — de fluxo, de prazos e, principalmente, de expectativa.

OIR como leitura financeira

Mesmo sendo tratado majoritariamente como uma obrigação, o Imposto de Renda funciona como um ponto de consolidação das informações financeiras do contribuinte.

Rendimentos, patrimônio e despesas se encontram em um único momento, permitindo uma visão mais estruturada da realidade financeira.

Nesse contexto, a declaração deixa de ser apenas uma entrega e passa a ocupar um espaço mais estratégico dentro da rotina contábil.

O leão: mais do que símbolo, uma construção de comunicação

O leão foi adotado como símbolo do Imposto de Renda na década de 1980, em uma campanha da Receita Federal.

A escolha foi cuidadosamente pensada. O animal representa força, vigilância e autoridade — mas também transmite a ideia de justiça. O conceito por trás da campanha era claro: o leão não ataca sem motivo, mas não ignora irregularidades.

Pouco se fala, no entanto, que o símbolo surgiu em um momento em que a Receita buscava humanizar sua comunicação com a sociedade. A ideia era aproximar um

tema técnico e distante do cotidiano das pessoas por meio de uma figura facilmente reconhecível.

Com o passar dos anos, o leão deixou de ser apenas um recurso publicitário e se consolidou como parte do imaginário tributário brasileiro. É um dos raros casos em que um símbolo institucional ultrapassa gerações sem perder força.

Curiosamente, enquanto para o contribuinte ele ainda carrega um certo peso simbólico, para o profissional da contabilidade ele tende a representar previsibilidade — um sistema estruturado, cada vez mais orientado por dados e menos por interpretação.

Alta demanda, alta pressão: como manter o equilíbrio no período do IR

O período do Imposto de Renda concentra uma das maiores cargas de trabalho do ano na contabilidade. Prazos curtos, alto volume de demandas e necessidade de precisão criam um ambiente naturalmente mais tenso.

Nesse contexto, manter a clareza e a qualidade do trabalho passa, inevitavelmente, pela gestão da própria energia.

Algumas práticas simples fazem diferença real na rotina:

- ***Organizar o fluxo de trabalho por prioridade, evitando acúmulo desnecessário***
- ***Estabelecer pausas curtas ao longo do dia, reduzindo fadiga mental***
- ***Centralizar informações e documentos, diminuindo retraba-***

Iho

- ***Alinhar expectativas com clientes, especialmente em relação a prazos e entregas***

Mais do que uma questão de conforto, o cuidado com a saúde mental impacta diretamente a qualidade técnica das entregas.

Em um ambiente onde o erro custa caro, manter o foco e a consistência deixa de ser apenas desejável — passa a ser essencial.

Entre a pressão e a oportunidade

O período do Imposto de Renda continua sendo um dos mais exigentes do calendário contábil.

Mas também é um dos mais estratégicos.

É quando o cliente revisita sua realidade financeira e se torna mais receptivo à orientação profissional. Um momento que vai além da entrega — e abre espaço para organização, planejamento e fortalecimento da relação.

Um ciclo que evolui

Ano após ano, o calendário se repete.

Mas o contexto muda.

Mais dados, mais controle, mais exigência técnica.

O Imposto de Renda continua sendo uma obrigação.

Mas a forma como ele é conduzido é o que diferencia a atuação profissional qualificada e estratégica no mercado.



A Reforma Tributária mudou as regras. A Openi já nasceu pronta para resolver!

O período de transição começou e a Openi tem uma infraestrutura pioneira que já nasceu configurada para o IBS e a CBS.

Nós unificamos a inteligência financeira ao novo Fisco, garantindo rastreabilidade absoluta desde o primeiro dia:

- **Automação nativa:** Capturas inteligentes sem digitação.
- **Conciliação inteligente:** Notas e bancos unificados automaticamente.
- **Foco consultivo:** Sua equipe livre para a estratégia.



Pioneirismo validado. Uma parceria estratégica com a **CF Contabilidade** para entregar inovação e expertise de ponta ao seu escritório.

O futuro da contabilidade já começou. E ele é Openi.

Integração com:



e muito mais.



Automatize sua transição agora.

www.openi.com.br | [@openi.app](https://openi.app)



A Reforma Tributária na Prática

Como se preparar para a nova
realidade da tributação no Brasil

Acesse a página de conteúdos das Soluções Dominio e baixe agora o relatório completo. Aproveite as recomendações estratégicas, obtenha insights valiosos e esteja à frente das mudanças!

CONT

Mangaratiba

inRIO



CONTinrio

Mangaratiba

**18^e
19 JUN**

Realização:



SESCON/RJ
ENTRADA SELECIONADA

Apoio:



CRCRJ

